

Este número completa o volume 17 da REF. Fechamos 2009, portanto, com a mesma satisfação de sempre, ao ver concluída mais uma etapa deste complexo mas fascinante processo de leitura, discussão, seleção, tramitação e organização dos resultados de pesquisas e análises interdisciplinares em gênero e feminismo. O presente número está organizado em várias seções: Artigos, Artigos Temáticos, Entrevista, Dossiê e Resenhas.

Os artigos da primeira parte colocam em discussão categorias conceituais de grande relevância para os estudos de gênero na atualidade. Em “A psicanálise e o dispositivo *diferença sexual*”, Márcia Arán questiona a produtividade da psicanálise diante do que denomina a “nova cartografia das relações entre gêneros e das sexualidades na cultura contemporânea”. Partindo da discussão de questões como o feminino, a homossexualidade e a transexualidade, examina o conceito de diferença sexual, argumentando em favor da necessidade de se pensarem novas formas de identificação. Conforme a pesquisadora, identificações cruzadas, identificações múltiplas ou mesmo a desidentificação precisam ser consideradas na prática psicanalítica para que a diversidade de gênero não permaneça apenas como um discurso teórico.

No artigo que segue, “Masculinidades transgressivas em práticas de *barebacking*”, Luís Augusto Vasconcelos da Silva, com base em estudo etnográfico realizado *on-line*, discute a dinâmica homoerótica e os signos de masculinidade utilizados para caracterizar encontros de *barebacking*, identificando, na prática sexual desprotegida, uma forma de transgressão na busca do prazer. De acordo com o autor, essa prática, em suas situações mais extremas, “apresenta-se como uma dessas formas grotescas e excessivas no uso do corpo, no momento atual em que é produzida uma infinidade de discursos sobre a boa forma, o corpo saudável e o sexo seguro”.

Outro importante questionamento das práticas de gênero na contemporaneidade é realizado por Verónica Felio em “¿Es el Chile de la post-dictadura feminista?”, artigo que apresenta as novas tendências do feminismo no Chile. Segundo a autora, os discursos feministas, mesmo depois do fim da ditadura chilena

em 1990, continuam sem questionar a categoria “mulheres”, generalizando e suprimindo as diferenças de classe e raça entre elas e contribuindo, dessa forma, para a manutenção dos interesses das classes dominantes e da igreja.

Este número da revista apresenta, também, a entrevista com a filósofa argentina María Luisa Femenías, feita por Carmen Sílvia Rial e Miriam Pillar Grossi nos Estados Unidos, onde as três se encontraram recentemente, em suas atividades de pesquisadoras. Maria Luisa fala de sua trajetória acadêmica, desde os estudos de filosofia clássica, com trabalhos sobre Aristóteles, em especial, até seu envolvimento com os estudos feministas e de gênero. Ainda no início da entrevista, ressaltando seu compromisso com a teoria atual, especialmente a ética e a política, Femenías afirma sua crença de que “nada resolve melhor os problemas práticos que uma boa teoria”.

A filósofa fala dos movimentos feministas na Argentina, destacando as atuações das feministas anarquistas, socialistas e liberais. Fala também de temas atuais, como o aborto, relacionando mudanças constitucionais e políticas públicas às lutas dos movimentos feministas. Refletindo sobre os efeitos da alternância entre sucessivos períodos de ditadura e abertura democrática na Argentina do século XX, marcados pela representatividade de figuras femininas como Eva Perón, na ditadura peronista, e as mães e avós da Plaza de Mayo, desde a ditadura militar mais recente, Femenías finaliza a entrevista afirmando a articulação entre democracia e feminismo.

A Seção Temática **Translocalidades: por uma política feminista da tradução**, organizada por Claudia de Lima Costa e Sonia E. Alvarez, busca articular a tradução (em seus aspectos práticos e teóricos) com a noção de um feminismo cosmopolita, entendendo cosmopolitismo como movimento dialético entre o estar situado e o deslocar-se. Ao ver a tradução como um entre-lugar, propõe pensá-la como uma política feminista translocal para as Américas Latinas. Os artigos reunidos nesta seção são fruto do trabalho colaborativo “de um grupo de acadêmicas feministas latinas e latino-americanas, situadas no norte e sul das Américas”, conforme definem Claudia e Sonia, tendo como intuito “transgredir sem pudor fronteiras disciplinares e geopolíticas”.

Em “Constituindo uma política feminista translocal da tradução”, Sonia E. Alvarez apresenta o projeto coletivo “Políticas Feministas de Tradução na América Latina”, sustentando a importância do processo tradutório como base epistemológica e política para uma compreensão dos múltiplos cruzamentos geográficos e culturais entre os feminismos americanos.

Marisa Belausteguigoitia, em “Límites y fronteras: la pedagogía del cruce y la transdisciplina en la obra de Gloria Anzaldúa”, analisa alguns dos textos de Anzaldúa a partir de uma perspectiva pedagógica. Situando sua obra nos limites

da nação, da identidade e da disciplina, propõe que ela deva ser lida como um ato de trânsito, ou de cruzamento das fronteiras entre esses três espaços culturais.

A partir de trabalho de campo realizado durante os anos de 2004 e 2005, Suzana Maia examina, em “Sedução e identidade nacional: dançarinas eróticas brasileiras no Queens, Nova York”, a trajetória de mulheres brasileiras que trabalham como dançarinas eróticas em bares noturnos da cidade de Nova York. Partindo do pressuposto de que processos de globalização e transnacionalismo estão relacionados também ao modo pelo qual as pessoas se relacionam, utilizam seus corpos e realizam seus desejos, investiga as novas identidades e hierarquias sociais construídas pelas dançarinas brasileiras nas interações cotidianas entre si e com seus clientes.

Por meio da análise de textos ficcionais recentes – os romances *As mulheres de Tijuco Papapo*, de Marilene Felinto, e *Ponciá Vicêncio*, de Conceição Evaristo – e do filme *O céu de Suely*, de Karim Aïnouz, Simone P. Schmidt investiga a representação do corpo feminino subalterno como lugar de conflitos de gênero, raça e classe no Brasil. Em “Cravo, canela, bala e favela”, a autora discute, ainda, temas que fazem parte da experiência subjetiva ficcionalizada, como a viagem, o deslocamento e o exílio.

Fechando este conjunto de Artigos Temáticos, “Revistas y políticas de traducción del feminismo mexicano contemporáneo”, de Mária Millán, examina três importantes veículos editoriais do feminismo no México – *Debate Feminista*, *Fem* e *La Correa Feminista* –, enfatizando suas políticas de tradução, em especial o modo pelo qual certos autores e teorias são alinhados com o contexto político do país. Entendendo a tradução como uma política de intervenção, vê esse espaço como uma das possibilidades de diálogo entre feministas e de relacionamento entre o feminismo e outros movimentos sociais.

O dossiê **Retrato das desigualdades de gênero e raça**, organizado por Alinne Bonetti e Ana Carolina Querino, foi proposto à revista por pesquisadoras do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), do Fundo das Nações Unidas para o Desenvolvimento das Mulheres (UNIFEM) e da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres (SPM), que participaram da elaboração da publicação *Retrato das Desigualdades de Gênero e Raça*, fundamentada na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), correspondente ao período de 1993 a 2007, a partir de cruzamento dos resultados de sexo e cor/raça. Tal estudo trouxe vários indicadores, referidos a diferentes temas, que se refletem na apresentação dos textos do dossiê, elaborados pelas proponentes em parceria com pesquisadoras/es especialistas nos temas abordados.

Os artigos do dossiê contemplam alguns desses indicadores, compondo dois grandes blocos que representam diferentes dimensões da produção de desigualdades sociais. O primeiro deles dirige o foco para as desigualdades presentes no universo doméstico, enquanto o segundo se refere a questões estruturais do país, incluindo também desigualdades em cuja manutenção o Estado desempenha papel relevante.

No artigo “Novos arranjos familiares, velhas convenções sociais de gênero: a licença parental como política pública para lidar com estas tensões”, Luana Pinheiro, Marcelo Galiza e Natália Fontoura discutem o descompasso entre novos arranjos familiares e as formas como o Estado responde a essas transformações por meio das políticas públicas, contribuindo para a persistência das convenções tradicionais de gênero. Defendem a introdução de um sistema mais flexível de licença-parental, no qual o direito à licença com salário integral para cuidar do filho possa ser exercido indistintamente pelo pai ou pela mãe.

O texto “Pesquisas de usos do tempo: um instrumento para aferir as desigualdades de gênero”, de Daniela Ramos, ressalta a importância de considerar as intersecções entre arranjos familiares, mercado de trabalho e políticas públicas, em análises que considerem o uso diferenciado do tempo, que se constitui em demarcador de desigualdades no interior da família, no que se refere à divisão sexual do trabalho não remunerado.

Miguel Ragone de Mattos elege como tema de seu artigo, “Trabalhadores urbanos e domésticos: a Constituição Federal e sua assimetria”, o trabalho doméstico remunerado, associado às camadas mais vulneráveis da população e identificado como atividade de mulheres e, em maiores proporções, de mulheres negras. Analisa a posição diferenciada desses trabalhadores na legislação trabalhista do país e os argumentos econômicos usados para justificar as desigualdades de tratamento que persistiram na Constituição Federal de 1988.

O artigo de Solange Sanches, “Trabalho doméstico: desafios para o trabalho decente”, investiga a situação do trabalho doméstico remunerado na América Latina e no Brasil, destacando a precariedade que caracteriza esse tipo de atividade, desempenhada principalmente por mulheres, precariedade essa que é ressaltada quando o trabalho doméstico é relacionado ao conceito de *trabalho decente*, promovido pela OIT.

O segundo bloco de artigos do dossiê inicia-se com o texto de Waldemir Rosa, “Sexo e cor: categorias de controle social e reprodução das desigualdades socioeconômicas no Brasil”. O autor reflete sobre as desigualdades de oportunidades sociais entre homens e mulheres e entre negros e brancos,

mostrando que os indicadores da PNAD evidenciam as marcas discriminatórias da pobreza no país, associadas ao pertencimento de cor/raça.

Silvana Aparecida Mariano e Cássia Maria Carloto, em “Gênero e combate à pobreza: Programa Bolsa Família”, examinam a Política de Assistência Social brasileira de combate à pobreza. Refletem sobre o Programa Bolsa Família que, priorizando o repasse de renda às mulheres, acaba por envolvê-las, segundo as autoras, em redes de obrigações e condicionantes que reforçam atribuições tradicionais femininas de mães responsáveis e cuidadoras conflitantes com as demandas feministas.

Finalizando o dossiê, Danielle Valverde e Lauro Stocco, no artigo “Notas para a interpretação das desigualdades raciais na educação”, trabalham com os dados educacionais da terceira edição do Retrato de Desigualdades de Gênero e Raça, centrados nas diferenças das experiências vivenciadas por jovens e crianças negras e brancas na escola, em seus efeitos quanto a permanência, progressão e desempenho no sistema educacional. Os dados apresentados mostram a persistência das desigualdades raciais na educação, apontando para a implementação de políticas públicas eficientes no sentido de sua superação.

Os textos que organizam este dossiê abordam temas que se inserem nas discussões contemporâneas referentes a políticas públicas e às desigualdades a combater e a superar. Constituem-se, assim, em importantes fontes de reflexões para as/os leitoras/es da REF, seja na academia, seja na militância.

Este número da revista apresenta, ainda, como de costume, resenhas de publicações atuais de interesse para o campo dos estudos feministas e de gênero.

Mais uma vez, ressaltamos o importante e competente trabalho das várias editorias que compõem a equipe da revista e agradecemos, em especial, à incansável, cuidadosa e não remunerada tarefa das pessoas que colaboram com seus pareceres e sugestões.

Mara Coelho de Souza Lago
Susana Bornéo Funck